

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXVIII • Abril / Maio / Junho 2019 • Nº 104

“ANS - 30 anos ao Serviço dos Sargentos e das Forças Armadas!”



Pág. 8, 9, 10 e 11

Clubes e APM's assinalam os 45 anos do 25 de Abril

Pág. 4

RAMMFA - Fonte de problemas e injustiças

Pág. 12 e 13

Diferentes direitos dos militares na Europa



EDITORIAL

30 anos! Hoje, orgulhosamente afirmamos “30 anos ao serviço dos Sargentos de Portugal e das Forças Armadas”! Quando naquele inesquecível primeiro de Abril de 1989 os Sargentos deram corpo ao que há muito já vinham sentindo, a necessidade de terem uma Voz, a necessidade de um organismo representativo que materializasse os anseios motivados por uma elevada consciência de classe, os Sargentos sabiam que estavam a fazer História. Sabiam que estavam a escrever uma página importantíssima para a sua valorização social, profissional e humana.

A partir daquele dia, não mais a vida, a realidade e a imagem dos Sargentos seria a mesma. Não mais o ofensivo e há muito tempo errado conceito do “*ser rude e bruto que seguiu a carreira das armas*” teria razão de ser, nem retrataria a imagem e a realidade do Sargento!

Muitas incompreensões, resistências e os mais diversos obstáculos foram sendo colocados no seu caminho. Desde a arrogância daqueles que afirmaram “*não passar de um grupo de aventureiros a quem não davam mais do que seis meses de vida*” até aos que, fazendo uso da prepotência, tentaram calar aquela Voz emer-

gente por meio da repressão materializada em dezenas de processos e punições disciplinares. De tudo enfrentaram os Sargentos que ousaram constituir e dar corpo à sua associação representativa de classe.

“30 anos ao serviço dos Sargentos de Portugal e das Forças Armadas”

Enfrentando ventos e marés adversas, os Sargentos resistiram e a Associação Nacional de Sargentos é indubitavelmente uma realidade respeitada e prestigiada!

Alguns erros a par de muitas coisas bem-feitas; alguns desaires e amargos de boca a par de muitas vitórias arrancadas a ferros, mas, acima de tudo, muita entrega e dedicação a esta causa por parte de várias gerações de Sargentos. A experiência e a ponderação da veteranaria, lado a lado com a impetuosidade, generosidade e “sangue na guelra” dos mais jovens, foram, são e deverão continuar a ser a imagem de marca das equipas que ao longo dos anos conduziram os destinos desta obra dos Sargentos.

Mudanças de vida, outros objectivos e diferentes rumos, mas também o inexorável relógio da vida, levaram alguns daqueles que deram parte das suas vidas a esta

importante, necessária e representativa missão.

Porém, se é verdade que muito se conseguiu ao longo destes 30 anos, quão diferente (para muito pior) seria a vida e a realidade dos Sargentos sem os resultados alcançados pela luta associativa. Muito há ainda (e sempre) por fazer, no sentido da dignificação, valorização e reconhecimento da carreira e condições socioprofissionais dos Sargentos de Portugal e suas famílias.

Os Sargentos são os mais importantes e naturais agentes da continuada construção da sua obra representativa de classe: a Associação Nacional de Sargentos!

Essa tem de ser a missão das novas gerações de Sargentos! Assegurar a continuidade desta obra! Está nas mãos das novas gerações, hoje, como no passado também esteve, apoiados pelos mais veteranos, a continuidade e o futuro desta obra tão digna, que granjeou o respeito da Instituição Militar e da sociedade civil ao longo destes 30 anos, mesmo quando houve discordâncias pontuais entre as partes, sobre diferentes objectivos ou perspectivas de vida e de carreira.

Mas, sem dúvidas ou hesitações, essa tem de continuar a ser a missão, para que

os regulamentos de avaliação sejam cada vez mais justos e menos subjectivos, para que o reconhecimento académico da sua formação seja compatível com a elevada competência com que desempenham a missão, para que a valorização remuneratória seja uma realidade a par da entrega e profissionalismo, para que as exigências impostas à sua condição tenham a correspondente assistência médica, medicamentosa e social para si e para a família, para que tenham o justo e devido reconhecimento dos direitos consignados na Constituição da República de modo a poderem representar juridicamente os seus pares e a poderem negociar colectivamente as condições inerentes a um verdadeiro estatuto profissional, digno e compatível com a entrega, a dedicação e o compromisso assumido, sob juramento, com o Povo português e a Pátria!

Alcançar estes objectivos é desejável e possível! Mas para tal, dentro do espírito da elevada consciência de classe, é necessário dar força e apoio à associação representativa, reforçando a organização, com a determinação e a unidade que é apanágio dos Sargentos de Portugal! ▲



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea a) e b) do Artigo 9º, dos números 1 e 2 do Artigo 10º dos Estatutos da Associação Nacional de Sargentos e do nº 3 do Artigo 11º do Regulamento Interno Geral, convoco todos os sócios da Associação Nacional de Sargentos para uma Assembleia Geral Extraordinária, no dia 17 de Julho de 2019, Quarta-feira, pelas dezassete horas e trinta minutos (17H30), a realizar na Delegação nº 1 do Clube do Sargento da Armada, sita na Praceta do Clube do Sargento da Armada, no Feijó, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ordem de Trabalhos:

1. Deliberar acerca da venda da actual sede social;
2. Deliberar acerca da aquisição de um novo espaço para a sede social, na área metropolitana de Lisboa.

Não havendo número legal de sócios para deliberar em primeira convocatória, convoco, desde já, a mesma Assembleia Geral para reunir em segunda convocatória, no mesmo local e dia, uma hora depois, com a mesma Ordem de Trabalhos, deliberando então com qualquer número de sócios presentes, de acordo com o nº 1 do Artigo 11º dos Estatutos.

Lisboa, 24 de Junho de 2019

O Presidente da Assembleia Geral

Luís Manuel Marques Bugalhão





ARMANDO PARREIRA!

Foi com profundo pesar que tivemos a missão de informar os camaradas e amigos sobre o falecimento, no dia 14 de Maio, pelas 21H25, no Hospital do Barreiro, do nosso camarada **Armando Francisco Coelho José Parreira, Sargento-Chefe/OPCOM – 004310-K, na situação de Reforma.**

O Armando Parreira foi um dos pioneiros do associativismo militar em Portugal, nos anos seguintes ao 25 de Abril, e esteve na génese do “Clube de Sargentos da Aeronáutica”, mais tarde “Clube de Sargentos da Força Aérea” e na criação da “Associação Nacional de Sargentos”, tendo sido o primeiro director do jornal “O Sargento”, cargo que desempenhou entre 1991 e 2004. Estão bem vivas na memória de todos nós as suas intervenções nos actos comemorativos do 31 de Janeiro.

Entre muitos dos seus escritos que constam nos nossos arquivos, transcrevemos, em jeito de singela homenagem, a intervenção que fez nas comemorações dos 120 anos do 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento – na Voz do Operário, em Lisboa, em 29 de Janeiro de 2011. A intervenção mantém-se, em tantos aspectos, absolutamente actual, o que denota a sua capacidade de análise e visão, na ligação do passado ao presente, projectando o futuro.

Até sempre, camarada Parreira!

José Pereira ▲



Armando Parreira, à direita na foto, com José Soares, à esquerda e Carlos Gervásio, ao centro

“Homenagem aos Valorosos, aos Homens, aos Militares Portugueses que têm sido o factor decisivo da mudança!”

Estimados Convidados
Camaradas

É inegável que os militares portugueses não se distinguem apenas através das acções que põem em movimento as armas e a técnica de guerra. Distinguem-se também pelos seus elevados princípios morais. Isto é, qualidades morais e combativas, revelando nas acções a sua inventiva, iniciativa e subtilidade.

Nos primeiros tempos dos conflitos armados não existiam uniformes. Os soldados limitavam-se a usar o vestuário mais prático de que dispunham. Na I Guerra Mundial, pela primeira vez, cada Arma tinha o seu uniforme, e só os emblemas dos bonés e as divisas distinguiam os soldados quanto ao Regimento e à graduação.

Na II Guerra Mundial os uniformes sofreram poucas modificações, mas o armamento, e a táctica modificaram-se consideravelmente.

Unidades do Exército, Marinha e Força Aérea combateram em Operações Combinadas. Actualmente, os uniformes são práticos, primam pela simplicidade e resistência. Ao estudar a História, vemos que sofreu transformações e que sofrerá no futuro outras mais. O estado actual é apenas uma transição entre as mudanças passadas e as futuras.

Camaradas,

Hoje, quando comemoramos os 120 anos desde aquele dia de 31 de Janeiro de 1891, nós recordamos também a luta insistente dos militares, dos Sargentos, em 1891, 1910 e 1974, sempre com o seu povo, para a criação de um sistema verdadeiramente democrático, de um projecto de sociedade que resolva as necessidades concretas do Povo português.

Ao longo dos tempos da nossa História, com total despreendimento e heroísmo, os militares, os Sargentos, têm demonstrado uma alta moral social, um exemplo de alto patriotismo.

Esta é a verdade histórica!

E esta verdade – a verdade do papel decisivo dos militares das Forças Armadas Portuguesas, nunca, de maneira nenhuma, poderá ser apagada da memória dos povos de toda a Humanidade progressista.

Hoje, quando comemoramos 1891, a nossa consciência nos obriga a lembrar 1910 e 1974, dos heróicos tempos dos homens sem sono.

Também hoje, tendo acumulado nova experiência histórica, sentimos que a desaceleração da Marcha foi habilidosa e subtilmente transformada em antecâmara da restauração de interesses e privilégios escusos.

É preciso relembrar a História, mas de maneira que se entenda e compreenda o estado a que se chegou, o que se está a passar neste momento da nossa vida colectiva. Portugal vive uma crise económica e social sem precedentes. São brutalmente impostos sacrifícios com constantes violações dos direitos e garantias constitucionais, da acção estatal não tem vindo clareza e rectidão na prossecução de direitos e deveres mútuos.

Daí a insatisfação, o desencanto, a inquietude, por não se terem ainda cumprido os projectos que os homens com significado histórico, os militares, são capazes de viver por ideais.

As imagens construídas pelos militares, pelos Sargentos, de coragem e coerência exemplares nas Revoluções Históricas de Portugal, para realizar as esperanças do povo português, são as linhas que têm norteado a sua posterior intervenção na sociedade, com vista à preservação do Património e Soberania e ao aprofundamento da democracia participativa, à construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Daí o seu desejo pela manutenção dos seus saberes e da necessidade de honrar essa herança colectiva, assimilando os conhecimentos do passado para aproveitar de maneira crítica tudo o que é racional na herança.

Eles, os militares, os Sargentos, de 1891, 1910 e 1974, estão vivos, vivos na memória reconhecida do nosso povo. Nós estamos infinitamente reconhecidos. Hoje há melancolia. Mas sobrevém a esperança da mudança.

Um dia, vai mudar, não sabemos

é quando!

Viva o 31 de Janeiro!

Viva Portugal Democrático!

Viva a ANSI!”

35º Aniversário da Delegação do CSA

Esteve de Parabéns a Delegação nº 1 do CSA, no Feijó, pelo seu 35º Aniversário.

Parabéns extensivos aos Órgãos Sociais do Clube do Sargento da Armada por continuarem, num momento muito complexo da sociedade portuguesa, a juntar todos os Órgãos representativos dos militares, que embora com actividades diversas, procuram a unidade para defesa do que lhes é comum: A CONDIÇÃO MILITAR!

Numa tarde de domingo com Sol, no Dia da Mãe, realizar a comemoração de aniversário e encher o salão, não foi tarefa fácil.

Compareceram à cerimónia, o presidente da União de



Freguesias do Laranjeiro e Feijó, Luís Palma, representantes dos Clubes de Praças e Oficiais, das Associações Sócio Profissionais de Militares, da Associação das Colectividades de Lisboa, da Confederação Portuguesa das Colectividades, de Cultura, Recreio e Desporto, da Incrível Almada, assim como muitos associados e familiares.

O presidente da Direcção, Rui Soares, após agradecer as presenças de todos e convidar para a Mesa o representante do Almirante CEMA, Comandante Valente Tinoco, e o Vice-presidente e Coordenador da Delegação, José Bernardo, deu início à Sessão Comemorativa.

Rui Nogueira salientou a importância da Delegação e de toda a sua actividade na vida geral do CSA. Obra grande, que não caiu do céu, mas que foi erguida com muita coragem e determinação, com muito trabalho, empenho e carinho por parte da sua massa associativa - os Sargentos da Armada. É na Delegação que muita da actividade do CSA se desenvolve.

De seguida, deu a palavra aos representantes das instituições presentes, que deram os parabéns, agradeceram o convite e desejaram os melhores êxitos aos dirigentes, tendo alguns oferecido lembranças.

Deu depois a palavra aos associados, tendo os que usaram da palavra, para além de transmitirem os para-



béns, elogiaram a actividade desenvolvida.

Terminou este período com a intervenção do representante do Almirante CEMA que, para além de agradecer o convite, elogiou a obra feita, assim como toda a actividade desenvolvida, terminando com os parabéns ao Clube e aos seus dirigentes.

Seguiu-se o Momento Cultural com o Quarteto de Saxofones da Banda da Armada e o Coro Polifónico do CSA. Quando, estes executaram uma inédita actuação conjunta, viveu-se um excelente momento cultural, havendo até quem opinasse: “Nem no S. Carlos se tem melhor!”

Por fim, partiu-se o bolo, cantou-se os Parabéns e, de novo, se cumpriu o lema do CSA: “Um Clube Vivo é um Clube participado”.

Manuel Custódio ▲



O RAMMFA! Um Combate Necessário e Urgente!

Num mecanismo com forte carga de subjectividade, não se compreende que tenham desaparecido factores que a contrariavam, assim como não se compreende que as decisões tomadas em Conselho possam ser arbitrariamente alteradas de acordo com as preferências de um Chefe de Ramo, ferindo, entre outros aspectos, o “*princípio da igualdade*”, a que se referem os Artigos 13º e 266º da CRP.

Aplicar este Regulamento, nos termos em que se encontra publicado, desestabiliza o espírito de corpo e coloca em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas, como já se pôde perceber, concorrendo para a descaracterização e adulteração da Condição Militar, tornando-se ainda fortemente condicionador do justo e coerente desenvolvimento das carreiras militares, agravado pelo facto de haver um maior número de promoções que serão efectuadas por escolha.



Por estas razões, e ao abrigo do Artigo 52º da CRP, entendeu a ANS promover a recolha de assinaturas para uma Petição, entretanto já entregue ao Presidente da Assembleia da República, cujo objectivo visava a suspensão de eficácia do diploma em apreço, até serem esclareci-

das e resolvidas as questões mais sensíveis e as dúvidas existentes, relativamente à sua aplicação, em nome da unidade, coesão, disciplina e legalidade a existir nas Forças Armadas. A ANS apresentou, entretanto, esta mesma solicitação ao Primeiro-Ministro, aos Chefes Militares e ao Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas.

Face ao número de assinaturas entregues, a Comissão de Defesa nomeou um Relator e analisou a Petição que em 9 de Outubro de 2018 emitiu o seguinte Parecer:

“[...]”

a) *Atendendo ao número de subscritores deve a petição ser apreciada em Plenário, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da LDP (Lei de Exercício do Direito de Petição), além da necessária publicação no Diário da Assembleia da República, em observância da alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º da LDP;*

b) *Deve ser dado conhecimento da Petição n.º 506/XIII/3.º e do presente relatório aos Grupos Parlamentares e ao Governo para ponderação de eventual apresentação de iniciativa legislativa, conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º da LDP, ou para tomada das medidas que entenderem pertinentes;*

c) *Deve ser dado conhecimento aos peticionários do teor do presente relatório, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 19.º da LDP. [...]”*

No passado dia 10 de Abril, a convite do Presidente da Assembleia da República, uma dezena de dirigentes da ANS assistiu nas galerias ao debate sobre a matéria. Na sequência deste debate, foi publicada a 23 de Maio de 2019, no nº 99 da 1.ª Série do Diário da República, a Resolução da Assembleia da República n.º 70/2019, aprovada em 12 de Abril, com os seguintes termos:

“Audição das associações representativas dos militares das Forças Armadas sobre o Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas



A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que:

1 — *Promova a audição das associações representativas dos militares, sobre o Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA), no sentido de esclarecer as dúvidas existentes e abordar as questões mais sensíveis.*

2 — *Promova, em articulação com as chefias militares, as alterações necessárias ao RAMMFA, para dar resposta às preocupações transmitidas.”*

A resolução resultou de um projeto do PCP que foi chumbado em plenário e que visava a suspensão do processo de avaliação de mérito.

Contudo, dois artigos foram aprovados e deram origem a esta resolução que foi aprovada por unanimidade.

Estas recomendações que o parlamento endereça ao Governo para que volte a ouvir as associações representativas dos militares a fim de “*esclarecer as dúvidas existentes*” e “*abordar as questões mais sensíveis*”, ao mesmo tempo que também recomenda que o governo “*promova em articulação com as chefias militares, as alterações necessárias*” ao RAMMFA para “*dar resposta às preocupações apresentadas*”, demonstra que este assunto não está encerrado e que, acima de tudo, vale sempre a pena lutar! Independentemente do que se venha a alcançar, esperando nós de que seja a correcção de normas injustas, a diminuição da carga subjectiva e de factores de arbitrariedade, isto já é bem demonstrativo de que vale sempre a pena lutar! ▲

Ainda (e sempre) os Vencimentos!

Há trinta anos atrás, um dos motivos (entre outros) que levou à realização do grande Encontro Nacional de Sargentos, em 1 de Abril de 1989 foi a questão dos vencimentos auferidos pelos Sargentos!

Como é sabido, deste grande Encontro resultou a criação da ANS. Apesar de todos os combates travados, com algumas derrotas mas também com significativas vitórias, trinta anos depois, entre carreiras incaracterísticas, regulamentos de avaliação altamente penalizadores, falta de reconhecimento académico justo e aceitável, promoções sistemática e interesseiramente atrasadas, discriminatórias normas estatutárias, deficiente assistência na saúde e apoio social, os Sargentos estão (raras foram as ocasiões em que não tenham estado) confrontados com situações



não aceitáveis decorrentes de um injusto e classista sistema remuneratório, situação agravada por anos de congelamento, com consequências gravosas muito para além do mero aspecto material, mas também no plano da coesão e da hierarquia, aspectos fundamentais para um saudável (e desejável na instituição militar) espírito de corpo.

São muitas as razões que concorrem na defesa do argumento da necessidade da revisão não apenas da tabela, mas de todo o conceito do sistema remuneratório. Para além de estarem a perfazer dez anos em que o sistema não é revisto nem actualizado, o mesmo contém aspectos que em nada favorecem o sentido de justiça retributiva que deve ser aplicado a quem serve o País envergando um uniforme das Forças Armadas.

A forma manifestamente diferenciada como se estabeleceram os níveis de progressão nas diferentes categorias não é justificável e muito menos aceitável. A própria existência do Anexo III do Decreto-Lei nº 296/2009 de 14 de Outubro, que estabelece as equiparações para efeitos de atribuição de um abono por alegadas despesas de representação é, no seio dos militares, ofensiva e claramente motivado-

ra de animosidade.

Há ainda a considerar que, numa instituição em que, após o compromisso assumido sob a fórmula de juramento, todos os militares ficam obrigados à permanente disponibilidade para o serviço, sujeitos a um regime disciplinar próprio e muito exigente, subordinados a muitos mais deveres e obrigações que os demais cidadãos, limitados por restrição em muitos dos seus direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstas, com fundamento neste regime especial de prestação de trabalho e nas restrições específicas da sua condição, é atribuído aos militares um suplemento designado por suplemento de condição militar (SCM). Ora, o suplemento que supostamente “premeia” esta condição deve ser de valor igual para todos pois ninguém se pode ou deve considerar mais militar ou menos militar que o seu camarada, independentemente da categoria ou posto que detenha! Indexado a um determinado posto, nível e posição remuneratória, este SCM deve ser rigorosamente igual para todos pois todos os militares servem sob as mesmas leis e regras. Os diferentes níveis de responsabilidade já estão devidamente assinalados e reconhecidos na



abertura excessiva e brutalmente desigual do leque salarial.

Por outro lado, e quando se discutem as dificuldades decorrentes do insuficiente recrutamento e da difícil retenção, tem forçosamente de ser revista a tabela salarial. Se há alguns anos o ordenado mínimo nacional era de 450,00€ e um soldado/marinheiro auferia 600,00€, hoje, o ordenado mínimo é de 600,00€/635,00€ e o soldado/marinheiro continua a vencer os mesmos 600,00€!

Com a justa (e desejavelmente continuada) actualização do ordenado mínimo nacional, sem que se proceda à necessária revisão da tabela salarial no seu todo, qualquer dia os militares serão todos “salário mínimo nacional”, particularmente nos postos mais baixos da hierarquia militar. ▲



Má Solução para a Contagem do Tempo de Serviço

Por não estarem de acordo com a solução proposta para os militares das Forças Armadas, os profissionais da GNR e da Polícia Marítima, ao não se verem corrigidas as consequências do tempo de congelamento na progressão das respetivas carreiras, associações representativas destes sectores profissionais lançaram uma Petição Colectiva para recolha de assinaturas com o objectivo de levar a questão a ser discutida na Assembleia da República.

Quando já estão recolhidas perto de cinco mil assinaturas e se preparam as estruturas promotoras para fazer a entrega do acervo de assinaturas ao Presidente da Assembleia da República, chega a notícia que o PCP pediu a reapreciação do decreto-lei que mitiga os efeitos do congelamento das carreiras especiais, como militares, juízes e forças de segurança, porque defende a contabilização integral do tempo de serviço para efeitos de progressão e

acusa o Governo de faltar à palavra com a recuperação de apenas 70% do tempo reivindicado por estruturas sindicais e associativas de diversos sectores.



Recorde-se que, na Lei do Orçamento do Estado para 2018, o governo prometeu que a progressão e mudança de posição remuneratória dos trabalhadores das carreiras especiais seriam considerados “em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis”, embora tal procedimento não tenha sido concretizado e tendo sido repetido na Lei do Orçamento do Estado para 2019. A solução avançada pelo governo leva a graves situações, com tratamentos diferenciados e injustiças relativas, e a não contabilização do tempo efectivamente prestado ao serviço do país, não é aceitável.

A disponibilidade para encontrar soluções, no modo e no tempo, conforme plasmado na Lei do Orçamento de Estado é uma das posições reiteradamente expressas pela ANS. ▲

DIA DO COMBATENTE

Assinalou o 101º aniversário da Batalha de La Lys



A convite do Presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes, TGen Chito Rodrigues, a ANS fez-se representar pelo Presidente do Conselho Fiscal, SMor Mário Pereira, na **Cerimónia do “Dia Nacional do Combatente” - Comemoração da Batalha de La Lys**, que decorreu na Batalha (Mosteiro de Santa Maria da Vitória), no dia 6 de Abril de 2019.

As comemorações iniciaram-se com a celebração da Eucaristia na Igreja do Mosteiro, pelo Bispo

das Forças Armadas e das Forças de Segurança, evocando os combatentes que deram a vida em defesa da Pátria.

Em dia de chuva e granizo, realizou-se a tradicional parada militar no exterior do Convento, presidida pelo MDN acompanhado pela Secretária de Estado da Defesa. Marcaram presença o o Almirante CEMGFA e os CEM's de cada Ramo para além de outras entidades militares e civis.

O MDN recebeu honras militares e passou revista às forças em

parada, constituídas pela Banda dos Fuzileiros, o Estandarte Nacional e uma Companhia a três Pelotões, um de cada ramo, seguidos pelos cerca de 80 guiões dos Núcleos da Liga dos Combatente. No decorrer da cerimónia foram executadas 19 salvas de Artilharia.

Após os discursos do Presidente da Liga e do MDN foram impostas condecorações a militares e civis. A Liga dos Combatentes foi agraciada com a comenda de Membro Honorário da Real Ordem de N.ª S.ª de Vila Viçosa, imposta pelo Grão-Mestre das Ordens Reais Portuguesas, D. Duarte Pio de Bragança.

Após o desfile das forças em parada, seguiu-se a cerimónia

na Sala do Capítulo, com a deposição de coroas de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, pelas Associações de Combatentes, Entidades Cívicas e Militares, Adidos de Defesa de países amigos, terminando com uma coroa de flores colocada pelo MDN. O representante da ANS fez também a deposição de uma coroa. A cerimónia encerrou com a Banda dos Fuzileiros, no jardim do Claustro do Mosteiro, a entoar o Hino Nacional. Seguiu-se um almoço de convívio no Regimento de Artilharia 4 (RA 4) em Leiria, onde confraternizaram combatentes e familiares.

Mário Pereira ▲

“Um mundo novo não será conquistado por aqueles que permanecem à distância, de braços cruzados, mas por aqueles que vão à luta, cujas vestes são rasgadas pelas tempestades e cujos corpos são mutilados no decurso da contenda.”

(Nelson Mandela in “As Cartas da Prisão”)

Combatentes não querem (nem podem) ser esquecidos

No passado dia 10 de Junho, no 26º encontro nacional que decorreu em Belém, junto ao Monumento que homenageia todos quantos tombaram na guerra colonial e nas mais recentes missões em que Portugal teve, ou tem, militares envolvidos, os combatentes reafirmaram que não querem (nem podem) ser esquecidos pelo povo e pelo Estado, recordando que a sua missão foi, e é, lutar pela Pátria e em prol da paz.

O vice-almirante Pires Neves, presidente da comissão executiva do encontro, na sua intervenção destacou a importância das forças armadas, no passado e no presente, para a paz e os custos inerentes a tal missão. Contrariando o alegado conflito geracional e enaltecendo o papel de quem serve Portugal nas Forças Armadas, fazendo a ponte entre o passado e o presente, afirmou: “Apesar das forças armadas agora estarem diferentes, os valores são os mesmos.

A moral, coragem, integridade, disciplina que levam ao respeito pelo ser humano, à compaixão e à justiça”.

Alguns dos veteranos presentes lamentaram o “abandono” por parte do Estado e a falta de ajudas a quem lutou nas décadas de sessenta e setenta pelo país, lembrando a necessidade de apoios sociais e na saúde. São reivindicações antigas e os combatentes continuam a insistir que merecem mais apoios, particularmente na área da saúde, lembrando que actualmente a média de idades destes veteranos ronda os 70/80 anos.

Não bastam discursos bonitos de circunstância em dias festivos. Os combatentes querem muito mais do que ser apenas “ouvidos”! Querem ver a justiça efectivamente feita! Importa dar cumprimento ao preceituado na Lei nº 9/2002, de 11 de Fevereiro, que regula o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de

ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma! Isso sim! Isso é respeitar este universo! E não a triste saga de enganos e alterações que se têm aplicado a esta lei mas cuja publicação rendeu muitos votos em determinado período eleitoral...

O que os combatentes pretendem é um verdadeiro, e digno de tal nome, “Estatuto do Antigo Combatente”!

Entretanto, baixou sem votação para discussão na especialidade a proposta de lei para consagrar tal estatuto. Na apresentação do diploma, em debate realizado dia 7 de Junho, o ministro da Defesa defendeu que o diploma “*não tem apenas um carácter simbólico*”, visando sim o “*reconhecimento formal*” que todos nós entendemos ser devido aos combatentes.

Contudo, e apesar do diploma referenciar uma série de direitos, está ainda muito longe daquilo que era esperado e merecido, sendo necessário ir mais fundo na

solução pois, o que agora foi apresentado, não inclui nada que signifique um melhoramento nas condições de vida e socioeconómicas dos combatentes.

É obviamente positivo tudo o que possa melhorar os mecanismos de acesso à informação, mas não chega, pois ainda há quem não tenha acesso às novas tecnologias. Mas mais importante é dar a devida atenção e respostas à questão do suplemento de pensão, mas que não tenha qualquer semelhança com uma mera esmola!

Não basta produzir um cartão ou mudar uma determinada data e dar-lhe um nome! Não passam de meros actos de cosmética que apenas poderão enganar alguns dos que já se encontram na recta final do percurso nesta terra.

Esperemos que não seja a lei da vida e o inexorável avançar do relógio que venham a resolver a esmagadora maioria destes casos. ▲





Novos órgãos Sociais da ANS solicitam Audiências

Na sequência da “Tomada de Posse”, e dando seguimento a decisão tomada na primeira reunião dos novos Órgãos Sociais, a ANS dirigiu pedidos de audiência ao Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, ao Ministro da Defesa Nacional, aos Chefes Militares, à Comissão de Defesa da Assembleia da República e às direcções dos partidos políticos com representação parlamentar, para a protocolar e institucional apresentação de cumprimentos, mas também para expor motivos que preocupam os Sargentos, entre os quais a carência de efectivos e da invisibilidade de estratégias para tornar a carreira militar atractiva; a pertinente necessidade do sindicalismo militar, como ferramenta de apoio na negociação e como ferramenta construtiva ao dispor do parlamento e do governo tendo em vista potenciais soluções para os problemas e dificuldades que vão surgindo no mundo militar.

Reuniões e Audiências com Partidos Políticos

Face ao desenvolvimento político-legislativo e ao aparecimento de projectos e situações lesivas da Condição Militar, do normal desenvolvimento das carreiras e susceptíveis de aprofundar o mal-estar existente no seio das Forças Armadas, já bem evidente nas dificuldades de recrutamento e retenção, foram também dirigidos pedidos de reunião, com carácter de urgência, aos vários grupos parlamentares da Assembleia da República.

Na sequência destes pedidos aos grupos parlamentares, delegações de dirigentes da ANS foram sendo recebidas em S. Bento. No dia 28 de Março, o deputado Jorge Machado, do grupo parlamentar do PCP, recebeu a ANS.



Deputado Jorge Machado – GP PCP



Deputado João Vasconcelos – GP BE

No dia 3 de Abril, o deputado João Vasconcelos, do grupo parlamentar do BE e nesse mesmo dia, mais tarde, o deputado João Rebelo do grupo parlamentar do CDS, receberam em audiências os dirigentes da ANS. De referir que a presidente do CDS, em resposta ao pedido dirigido à direcção do partido, esteve presente nesta reunião com o grupo parlamentar.



Assunção Cristas, presidente do CDS e deputado João Rebelo do GP CDS



Deputado Carlos Peixoto – GP PSD

No dia 4 de Abril foi a vez do deputado Carlos Peixoto, do grupo parlamentar do PSD receber a ANS.

No dia 12 de Junho, Joaquim Correia, assessor do grupo parlamentar do PEV para as questões da Defesa Nacional, recebeu a ANS em audiência na Assembleia da República.



Joaquim Correia, Assessor do PEV



Embora a razão que suscitou o pedido aos grupos parlamentares, com carácter de urgência, se prendesse com a preocupação relativa à proposta de solução avançada pelo governo relativamente à contagem de tempo de serviço para os militares, não deixaram de ser abordadas outras matérias, incluindo o voto contra dos grupos parlamentares do PSD, do PS e do CDS relativamente ao projecto de consagração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”. Pelos argumentos apresentados, fracos e vazios de sentido – problemas de coesão; os Oficiais não terem um dia nacional; ter sido sempre apresentado pelo mesmo grupo parlamentar – mais difícil se torna compreender e aceitar tal recusa! É enorme e evidente o nível de coesão nesta comemoração. O argumento de os Oficiais não terem um dia nacional é infantil. Todos os grupos parlamentares tiveram e têm a possibilidade de apresentar tal proposta! A proposta para consagração do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” será, seguramente, apresentada de novo. Todos terão a oportunidade de o fazer e de a aprovar. Assim o queiram!

Da parte das direcções dos partidos políticos com representação parlamentar, no dia 1 de Abril, a ANS foi recebida, pela primeira vez na sede nacional do PSD, em Lisboa, pela Vice-presidente Isabel Meirelles e pelo Coordenador do Conselho Estratégico Nacional do PSD para a Defesa Nacional, Ângelo Correia, reunião que teve eco por parte de alguns órgãos de comunicação social que estavam presentes à saída.



Isabel Meirelles, Vice-presidente do PSD e Ângelo Correia, coordenador do CEN para a Defesa Nacional

Durante a reunião, os dirigentes do PSD entenderam ser necessária a revisão do modelo proposto para a contagem do tempo de serviço dos militares e admitiram a possibilidade de suscitar a apreciação parlamentar caso não fossem introduzidas alterações, considerando que as Forças Armadas têm estatuto especial, não se podendo tratar por igual aquilo que o não é. Contudo, a apreciação parlamentar não foi suscitada!

No dia 3 de Abril a ANS foi recebida na sede nacional do PEV, por Joaquim Correia e João Martins, membros do Conselho Nacional, a quem foram expostas as mesmas matérias apresentadas a todos os partidos.



Joaquim Correia



João Martins

A 23 de Abril, a ANS foi recebida em audiência pela Direcção do PCP, na sua sede, em Lisboa, estando Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP, acompanhado pelos dirigentes Rui Fernandes e António Rodrigues. Para além da apresentação de cumprimentos foram abordados temas que motivam a preocupação e a atenção dos Sargentos.



Jerónimo de Sousa tendo à sua direita António Rodrigues e à sua esquerda Rui Fernandes



Embora no final da audiência os dirigentes da ANS tenham prestado declarações aos órgãos de comunicação social presentes, foi praticamente inexistente o eco dado a esta reunião.

A 14 de Junho, a ANS foi recebida em audiência pela Secretária-Geral Adjunta do PS, Ana Catarina Mendes, acompanhada pelo deputado Diogo Leão, membro do Grupo Parlamentar e membro da Comissão de Defesa, também pela primeira vez na sede nacional do PS, em Lisboa.

Também nesta longa audiência, que durou cerca de duas horas e meia, foram abordados diversos temas que motivam a preocupação e a atenção dos Sargentos.



Ana Catarina Mendes, Secretária-Geral Adjunta do PS e Diogo Leão, deputado do GP PS

A ANS tem como princípio endereçar pedidos de audiência e convites para eventos a todas as forças políticas com representação parlamentar, no estrito respeito pelos cidadãos portugueses, a quem servem, e consequentemente mostrar igualmente o respeito pelas instituições do Estado português em que, naturalmente, também se inserem os militares. Ao longo dos anos as respostas têm permitido verificar que os níveis de respeito e de atenção para com as organizações representativas dos militares varia muito entre as organizações partidárias, particularmente com o momento político que se vive. Uns respondem sempre! Outros, respondem às vezes! Outros raramente ou nunca respondem!

É esta percepção e leitura dos factos que nos leva a combater, como sempre o temos feito, a errada ideia alimentada em muitos sectores da nossa sociedade de que “eles são todos iguais”. Tal afirmação não só não corresponde à verdade, é injusta para com aqueles que nunca negaram apoio e abertura para as solicitações dos Sargentos, como pretende afastar da saudável actividade social e política muitos dos cidadãos portugueses.

Audiências com Chefes Militares

Na sequência dos pedidos endereçados aos chefes militares, no passado dia 16 de Abril o Almirante Mendes Calado, CEMA, foi o primeiro a receber uma delegação da ANS. Para além da apresentação de cumprimentos por parte dos novos Órgãos Sociais da ANS, foram abordados diversos temas que motivam a preocupação e a atenção dos militares, particularmente dos Sargentos da Armada, no respeitante ao desenvolvimento das suas carreiras, reconhecimento académico, participação nos Conselhos de Classe, entre outras matérias.



Almirante CEMA recebeu ANS

No dia 2 de Maio, da parte da manhã, o General Nunes da Fonseca, CEME, recebeu uma delegação de dirigentes no Estado-Maior do Exército. Para além dos cumprimentos, também nesta audiência foram abordadas questões comuns aos militares mas foram co-

locadas questões específicas dos Sargentos do Exército, como por exemplo, as dificuldades motivadas pelos deslocamentos, as preocupações pela aplicação do novo RAMMFA, insígnia identificadora dos formandos na ESSE, entre outras.



General CEME



General CEMFA

Da parte da tarde desse mesmo dia 2 de Maio, o General Joaquim Borrego, CEMFA, recebeu a delegação da ANS no Estado-Maior da Força Aérea, em Alfragide. Também nesta ocasião foram abordadas questões comuns aos militares mas também o foram questões específicas relativas aos Sargentos da Força Aérea, entre elas, as preocupações resultantes da aplicação do novo RAMMFA, a questão dos Segundos-Sargentos que venceram como Furriéis, o direito ao Suplemento de Condição Militar após o juramento de Bandeira, o desempenho de funções compatíveis com o posto, o reconhecimento académico para os Sargentos.

No dia 6 de Maio, o Almirante Silva Ribeiro, EMGFA, recebeu a delegação de dirigentes da ANS, no Restelo. Nesta audiência, para além da apresentação dos novos Órgãos Sociais, abordaram-se matérias mais ligadas à Saúde Militar, à Assistência Social Complementar, com as preocupações existentes sobre o IASFA, a ADM e o Hospital das Forças Armadas. Foram focados aspectos ligados à formação dos Sargentos, a criação da Unidade Politécnica Militar e também a perspectiva da representação jurídica dos associados e da capacidade de negociação colectiva, na sequência das decisões do Comité Europeu dos Direitos Sociais.



Almirante CEMGFA

No dia 8 de Abril, uma delegação de dirigentes foi recebida em Belém, pelo TGen Vaz Antunes, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, em resposta ao pedido endereçado ao Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, uma vez que o Presidente nunca teve espaço de agenda para receber as associações de militares. A ANS solicitou que fossem transmitidas ao Presidente da República as preocupações colocadas durante a reunião, as posições defendidas pela associação na defesa dos interesses e direitos dos Sargentos e a disponibilidade para ajudar a encontrar caminhos de solução para os inúmeros problemas e apelaram para que não sejam promulgados diplomas que lesam os direitos e interesses dos militares, que acabam por não ser concordantes com os discursos elogiosos relativamente à forma exemplar como os militares desempenham as suas missões, elevando o nome de Portugal.



TGen Vaz Antunes, Chefe da Casa Militar da Presidência da República



Militares da Zona do Barreiro comemoram o 45º aniversário do 25 de Abril

Passados 45 anos, muitos, centenas de milhares de portugueses, não esquecem e continuam a sair à rua para comemorar o 25 de Abril. Acontecimento maior da história de Portugal, “feito por jovens capitães, mas que tinham a seu lado, muitos homens na prisão”.

Cidadãos Militares da zona do Barreiro, e não só, promoveram no dia 4 de Maio, um almoço, comemorativo do 25 de Abril, no Centro Social de Santo António, Vila Chã – Barreiro durante o qual foi feita uma homenagem, ao Sargento Fuzileiro José Saraiva, já falecido.

O salão estava cheio e na Mesa, para além dos membros da comissão, Armando Teixeira e o Sargento Figueiras, ex-presidente da Junta de Freguesia de Santo António, que organiza este almoço comemorativo de cinco em cinco anos, estavam também presentes, entre outros, a esposa do Sargento José Saraiva, o ex-presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Carlos Humberto, o Almirante Álvaro Gaspar, o Capitão de Abril, Andrade da Silva, o presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho.



Coube ao membro da Comissão Promotora, Armando Teixeira, falar-nos do Camarada Saraiva, momento em que salientou bem o percurso desse grande Homem e Militar que foi José Saraiva, um verdadeiro defensor de Abril, dos seus valores e conquistas.

Lima Coelho, na sua intervenção, para além de recordar a figura sempre solidária e de grande camarada do José Saraiva, disse que, embora ainda muito jovem quando aconteceu o 25 de Abril, logo se apercebeu da sua importância e, por essa razão, se tornou num dos seus defensores, considerando-se também ele um militar de Abril.

Por fim, Andrade da Silva, salientou a sua participação nessa madrugada libertadora e a importância do 25 de Abril e das suas conquistas, as quais, 45 anos volvidos,



Extractos de Leituras...

Um dia, os rapazes serão louvados
Hão-de passar entre multidões floridas
Levarão riso na boca e os braços levantados.

Um dia, os rapazes hão-de ser punidos
Pelos males que hão-de vir dos quatro pontos cardeais
Terão latrinas derramadas nos portais.

Um dia, esses heróis serão esquecidos
Os seus nomes alinhados entre conchas e espinhas
Hão-de constar de uns livros nunca lidos.

Mas um dia, este dia, será o dia do idílio
Os rapazes ainda não desistiram de soltar os braços dos escravos
E os escravos ainda não renegaram a cor dos cravos.

Ainda estamos no princípio desse dia!

(Poema “Um Dia”, dos poetas Pontais
no livro “Os Memoráveis” de Lídia Jorge)

continuam a marcar a sociedade, portuguesa.

Foram lidos, por vários e bons declamadores, poemas sobre o 25 de Abril. O grupo coral alentejano, “Os Amigos do Barreiro”, alegrou os presentes com as suas magníficas modas e, por fim, foram todos brindados com actuação do cantor Toni da Costa.

Viva a Revolução de Abril! Abril, Sempre!

Manuel Custódio ▲

Comemorar Abril e homenagear o Sargento José Saraiva

Militares da zona do Barreiro e não só, promoveram no dia 4 de Maio, um almoço comemorativo do 25 de Abril, no Centro Social de Santo António, Vila Chã – Barreiro. No almoço foi feita também uma singela e merecida homenagem ao Sargento Fuzileiro, José Saraiva, já falecido.

No salão cheio de camaradas e amigos estavam também presentes a sua esposa e filho. Coube ao membro da Comissão promotora do almoço, Armando Teixeira, falar-nos do José Saraiva, o qual salientou bem o carácter, o percurso do Homem, do Camarada e do Militar que foi José Saraiva, esse resistente e lutador, pela liberdade, verdadeiro defensor de Abril, dos seus valores e conquistas.

Nós, os militares, no nosso relacionamento, usamos a palavra “camarada”. Palavra com um profundo e valoroso significado, a qual assentava perfeitamente no Saraiva. Ele não abandonava o camarada, que por qualquer motivo, ferimento, doença, ou outra razão, tivesse dificuldades em aguentar a caminhada. Ele era o amigo sempre disponível para ajudar!

Saraiva, José Caeiro Godinho, alentejano, nasceu a 26 de Fevereiro de 1935. Ingressou na Marinha em 16 de Novembro de 1955. Homem e militar de carácter, camarada frontal, de convicções firmes, com capacidade de liderança, que nos momentos difíceis não se escondia, colocando-se na frente, não para ser notado ou ser herói, mas por já ter cantado e aprendido o que ensinava aquela canção da resistência “*tu sozinho não és nada, juntos temos o*

mundo na mão” e, assim, sabia que juntos melhor podíamos enfrentar e controlar a situação.

Em 1980, após um almoço comemorativo do 31 de Janeiro na Cova da Piedade, o Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA), na altura o Almirante Sousa Leitão, correu com ele da Marinha, juntamente, com outros três Sargentos (Manuel Novais, Vasa Pinheiro e Lopes Martins). Este almoço comemorativo do 31 de Janeiro, ficou em memória, por duas razões principais:

Uma, por nele, ter sido decido, por unanimidade, pelas várias centenas de Sargentos presentes, que o 31 de Janeiro, passasse a ser o Dia Nacional do Sargento, em Memória e Honra dos Heróis da Revolta do 31 de Janeiro de 1891, no Porto.

Outra, devido a um vergonhoso inquérito feito a todos os Sargentos da Armada, inquérito que envergonhou e enxovalhou a Marinha e as suas tradições democráticas.

O golpe do 25 de Novembro de 1975, para além de prender, afastar militares e correr com muitos outros das fileiras, sobretudo os que mais se tinham manifestado e batido em defesa do 25 de Abril - só na Marinha mais de 300 praças foram postas na rua, sem qualquer processo, ou nota de culpa - esse golpe acabou também com os órgãos representativos dos militares.

Alguns camaradas após o golpe, ao



olharem para si, acordaram e despertaram para a sua real situação, constatando que não tinham direitos nenhuns, nem um estatuto, que regulasse as suas relações com a Instituição Militar. Eram contratados a prazo, precários, como agora, se diz.

A classe de Sargentos, foi e continua a ser muito generosa, pois desde a madrugada radiosa do 25 de Abril de 1974, até ao 25 de

Novembro de 1975, o que moveu de facto, a maioria dos Sargentos a abraçar a Revolução de Abril, não foi a procura de direitos para si, mas sim a luta pela defesa da liberdade, da justiça, por uma sociedade mais justa e fraterna, esquecendo-se mesmo de si próprios.

Vários Sargentos, depois desse golpe, ao olharem em redor e verem a sua real situação, constatando não terem direitos, interrogaram-se: **E agora, o que fazer?**

Procurar juntar os camaradas que despertaram para esta situação e fazer o ponto da situação e decidir-se o que fazer, foi a resposta encontrada. E, em meados de 1976, lá estávamos, na casa do Saraiva, na Penalva, onde se fez essa primeira Reunião de Sargentos, se analisou a situação da classe e se decidiu partir à conquista dos direitos que não tínhamos.

E foi a partir desta Reunião que a classe se ergueu e avançou, como classe, marcando logo em 1977, um Encontro para co-

memorar o primeiro aniversário da Constituição da República. A seguir, a primeira comemoração do 31 de Janeiro, depois a comemoração do 25 de Abril e assim fomos de acção em acção, de luta em luta, de encontro em encontro até constatar-mos que, sem um órgão que desse andamento, junto do poder, ao aprovado pela Classe nas suas reuniões e Encontros, nenhum direito se conseguiria adquirir.

Constatada a necessidade, realizou-se esse Grande Encontro, onde se criou o Órgão Representativo da Classe, a ANS. A classe partiu daí para a luta, unida e já dirigida pela sua ANS, conquistou direitos, dignidade, a ser ouvida e respeitada.

Hoje, como ontem, (se calhar sempre assim foi) logo, os Sargentos, para continuarem a ter direitos, a ver a sua dignidade respeitada e a serem ouvidos, outra alternativa não têm, senão de unir-se e ir à luta, juntamente com a ANS. E assim irá acontecer!

O camarada Saraiva, mesmo já com a saúde abalada, continuou na luta pelos direitos da sua Classe de Sargentos. Num dos últimos encontros em Santo António da Charneca, em que participámos, ainda me parece estar a ouvi-lo: “*Camaradas, para este encontro contactei vários camaradas, cerca de uns vinte, alguns deram aquelas desculpas esfarrapadas, mas ainda vieram bastantes*”.

O camarada Saraiva já nos deixou, mas o seu exemplo de vida e de luta continua a perdurar em nós. Pois a luta continua!

Manuel Custódio ▲



25 de Abril NA AVENIDA DA LIBERDADE!

Na tarde do dia 25 de Abril, as APM (ANS, AOFA e AP) conjuntamente com a APG/GNR e a ASPPM (Polícia Marítima) desfilaram na Avenida da Liberdade, em Lisboa, comemorando os 45 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974. Logo atrás vinha a ASPP/PSP.

No final do desfile, à chegada ao Rossio,



em frente ao teatro D. Maria, todos estes cidadãos que têm por missão defender a soberania nacional e a segurança dos cidadãos, à luz dos preceitos constitucionais, juntaram-se e num acto de grande simbolismo, com a emoção de quem se entrega à missão, com profunda consciência profissional, entoaram a plenos pulmões o Hino Nacional, "A Portuguesa"! ▲



ANS apoia e colabora com a APJD – Associação Portuguesa de Juristas Democratas, na Avenida da Liberdade, nas comemorações do 45º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974

ANS confraterniza com a ARPI-Olivais

A ARPI (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos) dos Olivais cuja sede fica perto do antigo quartel do RALIS, hoje Regimento de Transportes, em Lisboa, convidou a ANS para estar presente no seu almoço comemorativo dos 45 anos do 25 de Abril. Porque a solidariedade é apátrio da nossa associação, o Vice-presidente da Direcção, Norberto Mateus, esteve presente em representação da ANS e fez a intervenção que a seguir publicamos na íntegra.



É uma elevada honra estar neste evento, junto dos Pensionistas Reformados e Idosos dos Olivais, congregados na ARPI, cidadãos cujo direitos devem ser reconhecidos e respeitados, naquilo que também é uma importante conquista da Revolução de Abril, e estar aqui a dirigir-vos estas palavras na qualidade de "Cidadão e Militar de Abril".

Sendo eu um jovem muito novo quando aconteceu aquela madrugada, **"O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitamos a substância do tempo"** como tão bem escreveu Sophia, e não tendo, portanto, tomado parte activa como militar no acto revolucionário, mas tendo posteriormente servido o meu País, há mais de trinta anos, envergando um uniforme das Forças Armadas Portuguesas, considero-me um "Militar de Abril". Mas considero-me também um "Cidadão de Abril".

Se "militares de Abril" fossem apenas os que participaram no golpe, qualquer dia já não haveria militares de Abril, assim como já não haveria militares Republicanos! Contudo, posso assegurar-vos que eles existem! De uns e de outros! De Abril e Republicanos! Existem e vão continuar a existir! E não abdicam dos seus ideais!

Entendo que "Militares e Cidadãos de Abril" serão todos

aqueles que defendem, perfilham, respeitam e procuram cumprir os valores e princípios que estiveram na base da luta e resistência de todo um povo, que desaguou naquela madrugada libertadora.

"Militares e Cidadãos de Abril" serão todos aqueles que se revêm e se regozijaram com o fim das guerras injustas que ceifaram milhares de vidas de jovens deixando feridas físicas, psicológicas e emocionais em muitas centenas de milhares desses jovens, para o resto das suas vidas e das vidas das suas famílias. Para eles tarda o reconhecimento formal, sério, justo e definitivo e não, como se chegou a ver num passado recente, os meros aproveitamentos oportunistas em épocas ou períodos eleitorais.

"Militares e Cidadãos de Abril" serão todos aqueles que defendem, e lutam para preservar, o texto da Constituição da República Portuguesa, a Constituição de 1976, a Constituição de Abril, que tão atacada tem sido ao longo dos anos, por parte daqueles que nunca conviveram bem com as conquistas desta Revolução que também hoje aqui comemoramos.

"Militares e Cidadãos de Abril" são todos aqueles que não aceitam que se branqueie ou se tente reescrever a história, iludindo, deturpando, forçando uma falsa narrativa sobre os verdadeiros objectivos da Revolução de Abril.

"Militares e Cidadãos de Abril" são os que não aceitam que se sejam tratados como proscritos todos aqueles que participaram na Revolução e que não compactuaram com o seu desvirtuamento, mantendo-se fiéis ao compromisso assumido para com o Povo Português e que, por essa ousadia, viram as suas vidas destruídas, as suas carreiras cortadas, o seu nome maltratado.

"Militares e Cidadãos de Abril", são também aqueles que ajudam a defender os direitos dos cidadãos mais velhos que não podem ser tratados como trapos velhos descartá-



veis, mas sim como a memória e o testemunho de tempos difíceis que ninguém pode querer ou permitir que voltem.

Como "Militar e Cidadão de Abril", defensor dos princípios e valores internacionalistas, também inscrito na nossa Constituição, apelo a que nos mobilizemos na defesa destes mesmos princípios e valores, no quadro actual em que a Paz e o respeito pelas soberanias de outros Estados estão tão ameaçados.

Temos o dever, temos a obrigação de cuidar dos bens que recebemos das gerações que antes de nós tanto lutaram, melhorando-os, preservando-os, para os passar às gerações vindouras, para que tenham trabalho com direitos, mas para que tenham sobretudo, o direito a ter direitos!

Amigas e Amigos!

Abril não tem dono! Ninguém é proprietário de Abril! Ninguém tem o exclusivo de Abril! Abril é do Povo! Abril foi, é e será do e para o Povo!

Temos de prosseguir com a **REVOLUÇÃO!** A mesma Revolução que trouxe ao povo português um quadro de direitos que até então lhes eram absolutamente sonegados.

A mesma Revolução que almejava um Portugal sem lugar para as desigualdades, sem lugar para a mentira, sem lugar para a corrupção.

Temos de prosseguir com a Revolução que tinha como objectivos a Paz, o Pão, a Habitação, a Saúde, a Educação, a Solidariedade, enfim, a Felicidade para o Povo!

Temos de retomar a Revolução assumindo as nossas responsabilidades como Militares e como Cidadãos de Abril, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Como "Militar de Abril" sinto este compromisso! Como "Militar Republicano" sinto este dever! Para cumprir este compromisso e este dever, apenas resta um caminho: **continuar a lutar!** E continuar a lutar porque **"AGORA NINGUÉM MAIS SERRA, AS PORTAS QUE ABRIL ABRIU!"**

Viva o 25 de Abril! Viva a Revolução! Viva Portugal! ▲



Almoço Comemorativo dos 45 Anos do 25 de Abril

No almoço comemorativo dos 45 anos do 25 de Abril de 1974, promovido pelos Clubes e Associações (CSA, CPA, ANS, AOFA e AP) no município de Almada, para além dos convidados institucionais, esteve presente como orador convidado o cidadão **José Manuel Maia Nunes de Almeida**, que durante muitos anos exerceu o cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Almada e que foi um dos deputados da Assembleia Constituinte que produziu a Constituição da República Portuguesa.

Embora extensa, mas pela importância do seu conteúdo, entendemos publicar a intervenção na íntegra.



Senhoras e Senhores Militares do Portugal de Abril; Exma. Família Militar; Exma. Sra. Presidente de Câmara Municipal, Inês de Medeiros; Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Louçã; Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó, Luís Palma; Sra. Deputada Municipal, Paula Silva, em Representação do Presidente da Assembleia Municipal Luís Palone; Sr. Vogal da Junta da União de Freguesia da Caparica e Trafaria, António Oliveira; Sr. Diretor Municipal, Mário d'Ávila;

Criam que é com enorme satisfação e elevadíssima honra que vos dirijo a palavra neste acto solene da Família Militar, comemorativo do 45º aniversário do 25 de Abril de 1974, iniciativa anual do Movimento Associativo Militar.

Certamente compreendeis que não é fácil falar de Abril a protagonistas do próprio 25 de Abril. Estão aqui presentes velhos militares obreiros desse glorioso acontecimento, pelo que estou assim perante aqueles que restauraram a República e nos deram, me deram, a liberdade.

Os novos militares, alguns, senão muitos não eram nascidos em 1974, são os herdeiros dos bens de Abril e se aqui estão é porque sentem Abril e se reflecte também na sua condição militar, constituem um conjunto de Homens e Mulheres cuja fundamental missão, determinante incumbência, é a defesa militar da República e estar ao serviço do povo português, tal como exige a nossa Constituição de Abril.

Acresce que, embora a defesa da Pátria, seja um direito e um dever de todos os portugueses, são os militares a única classe profissional que jura perante a bandeira, símbolo nacional, dar a vida pela pá-

tria, no acto que assume as suas funções.

Por outro lado, o convite foi-me feito em representação do Movimento Associativo Militar na sua diversidade: Movimento Associativo Desportivo, Recreativo e Cultural e Movimento Associativo Socio-profissional. Movimentos estes que têm provado de forma exemplar serem tempo, espaço e meio de afirmação dos militares, de contributo directo e indirecto para a coesão comunitária e da família militar, de elevação e participação cidadã, de abertura à sociedade civil, de prestígio e reconhecimento das Forças Armadas.

E é tudo tão necessário!

E, por exemplo a nível socio-profissional pelos seus empenhos e desempenhos, são a prova provada da capacidade e necessidade de elevação a patamar legislativo superior, na defesa dos direitos e anseios de classe que tão bem têm e querem representar.

É assim neste contexto com certa emoção e elevada honra que vos dirijo a palavra, manifestando eterna gratidão ao Clube do Sargento da Armada que me distingue como seu sócio honorário, ao Clube de Praças da Armada, à Associação Nacional de Sargentos, à Associação de Oficiais das Forças

Armadas, à Associação de Praças e seus Dirigentes.

Muito e muito obrigado.

Senhoras e Senhores, o 25 de Abril de 1974, essa data magnífica da esperança colectiva que marcou, marca e marcará indelevelmente a vida de todos nós.

Certamente, cada um sentindo esse dia 25 de Abril de forma diferente e especial, carregado de emoções e de esperanças acumuladas ao longo de muitos anos e que explodiram naquela madrugada, manhã e dia.

Foi um acordar sentido no turbilhão dos acontecimentos, das ideias e dos ideais e dos momentos que se sucederam.

Momentos em que a memória e as memórias saltaram e se agigantaram nos medos, repetindo e lembrando que estão presos políticos nas masmorras da PIDE, amigos exilados e outros ainda na guerra colonial, camaradas despedidos e humilhados; o horizonte tapado pelos muros altos da indignação que aprisionam o desespero do medo, mas também a resistência do Povo, a acção dos democratas, os sacrifícios e lutas dos antifascistas.

O dia 25 de Abril foi dia das esperanças renovadas no fundo da noite e finalmente aparece luz, primeiro uma claridade ténue como é próprio do início da manhã – cai uma refrescante chuva miudinha – depois o dia aquece, os homens, mulheres e jovens juntam-se, unem-se como os dedos das mãos, há irmandade e o calor humano propaga-se, os olhos humedecem e os lábios abrem-se mostrando a alegria dos corações.

Os Militares estão fora dos quartéis, está na rua a Revolta dos Capitães, efectiva-se o Golpe Militar.

Os Militares revoltosos ocupam a tele-

visão, os rádios, os quartéis, o aeroporto, instalam-se em locais estratégicos – a artilharia de Vendas Novas ocupa o território junto ao Cristo Rei, a cavalaria do Capitão Salgueiro Maia está na Praça do Comércio seguindo depois para o Largo do Carmo.

E o Povo não fica em casa – o mar Povo agita-se e agiganta-se, enquadra os tanques libertadores, e em ondas humanas sucessivas correm e espream-se vigorosamente no Terreiro do Paço, no Cais do Sodré, no Largo do Carmo, na Rua António Maria Cardoso e voltam e regressam e vão e vêm.

É gente alegre e feliz, gente emocionada que anda, corre e percorre as ruas de Lisboa, com cravos nas mãos e esperança nos olhos. Gente, muita gente que saúda, abraça, beija, Soldados e Marinheiros, Sargentos e Capitães e estes retribuem radiantes do dever cumprido. Gente que envolve os militares, testemunha acções e operações, acompanha, incentiva e passa a intervir por se sentir parte.

O Golpe Militar dos «Capitães» do MFA no dia 25 de Abril foi determinante pela rotura com a ditadura e a abertura das portas da liberdade, mas não foi, nesse dia, o único acontecimento revolucionário importante.

Dois outros acontecimentos lhe sucederam: um, o Levantamento Militar em que em várias unidades eclodiram iniciativas próprias com desenvolvimentos autónomos de Oficiais, Sargentos e Praças, e um outro, quase em simultâneo, o Levantamento Popular, com mobilização e intervenção das massas populares.

Dois acontecimentos, entre outros, dão conta do referido levantamento popular, um, a manifestação em que populares dão a vida às balas da PIDE, disparadas das janelas da Sede do Polícia Política na Rua António Maria Cardoso, que resultou na morte de 4 cidadãos e mais de 4 dezenas de feridos; o outro, a libertação dos presos políticos das cadeias fascistas em que o Povo e os Militares desobedecendo ao Presidente da Junta de Salvação Nacional escancaravam as portas das prisões.

Sem em nada diminuir a acção que foi decisiva e determinante dos «Capitães de Abril» a dinâmica das massas populares foi muitíssimo importante.

A própria jornada popular do cerco ao quartel do Carmo onde se encontrava Marcelo Caetano e outros Ministros, é exemplar com a fusão dos Soldados, com o Povo, que rodeava em massa os Militares.

Estas situações únicas, pois não são conhecidas as outras situações em que forças militares, no decurso da sua operação decisiva de combate, tenham flores nos canos das armas e estejam rodeados por uma massa compacta de populares, não apenas assistindo e apoiando, mas intervindo quando necessário.

Esta fusão operacional do Povo e das Forças Armadas, este «Levantamento Nacional» constitui um factor fundamental do processo e da dinâmica da Revolução Democrática Portuguesa.

A consigna Povo-MFA foi o reconhecimento, aprovação e definição de um de-

envolvimento concreto do processo de conquista da liberdade e da democracia e a sua instauração e institucionalização com a Revolução de Abril.

Aqueles dois anos de Abril de 1974 a Abril de 1976 corresponderam ao período mais criativo da Revolução de Abril em que vivi e vivenciei – com as conquistas de Abril – e determinante para o conteúdo progressista da nossa Constituição.

Eu fui um dos jovens de 1974.

Foram tempos exaltantes esses do Processo Revolucionário em Curso - PREC, repleto de vicissitudes, singularidades, conflitos políticos e sociais, como é natural dos períodos revolucionários, mas sem paralelo na nossa história Pátria.

Tempos de Revolução e também da Contra Revolução.

Mas acima de tudo tempos da liberdade, da participação, empenho e dedicação das massas populares e dos militares progressistas.

Tempos das Conquistas de Abril.

Tempos raros em que nos sentimos parte de um todo e o todo sente que somos parte, esse todo Povo, que tem nas mãos o seu futuro e o poder de o conformar à medida do desejo colectivo de liberdade, de justiça, de progresso.

Dizem alguns sobrevalorizando que: Aqui e ali, um excesso Lá, naquela situação, um erro... Aquela outra, deveria ter sido feita de forma diferente...

Certamente que sim!!

Mas Caríssimas Senhoras e Caríssimos Senhores

O que marcou e marca esse período não foi aquele excesso, o erro, ou outra forma de fazer. O que marcou e marca esse período, o que foi determinante foi o derrube do fascismo, a conquista da liberdade, o fim da exploração desenfreada do Povo, o fim da Guerra Colonial.

O que marcou e marca esse período foram as profundas transformações na direcção da democracia económica, política, social e cultural. Foram, são, as Conquistas de Abril.

Foram tempos de avanços e recuos, de conflitos, foram tempos de intensa participação popular, de construção de futuro.

E foi nestes tempos de Abril e Maio que a Constituição da República foi elaborada. Foi a consolidação institucional das transformações operadas com a luta popular e a sua consagração na Lei das Leis, a Constituição da República, chancelada pelo voto do Povo nas eleições gerais de 25 de Abril de 1975 e pelo mandato conferido aos deputados constituintes, reforçadamente legitimados por 91,6% dos cidadãos eleitores, pois dos 6,2 milhões de cidadãos com direito a voto, votaram 5,7 milhões nos candidatos constituintes. (A abstenção foi de 8,4%).

No dia 2 de Junho de 1975, ali estava na sala grande do Palácio de S. Bento e esse foi um dia, de outros dias, que nem nos sonhos mais ousados tinha algum dia imaginado. E na Constituição foi inscrita em letras de ouro a obra da Revolução Democrática Popular de Abril.

Revolução que institucionalizou um



regime político democrático, com eleições livres, partidos políticos e direito de voto aos 18 anos; que se assumiu a liberdade em toda a sua plenitude: liberdade de expressão, de reunião, que não existiam, de manifestação, de associação, que não existiam e, realizou profundas alterações económicas, sociais e culturais que significaram um extraordinário progresso na sociedade portuguesa e na vida dos portugueses.

Revolução que instituiu um vastíssimo conjunto de medidas a favor dos trabalhadores: o direito ao trabalho e o trabalho com direitos, o direito à greve, o subsídio de desemprego, de férias e de natal, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o salário mínimo nacional (que não existiam).

Revolução que criou o Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito, que universalizou o direito à segurança social, que promoveu avanços no acesso à educação e ao ensino (que não existiam).

Revolução que liquidou o domínio dos monopólios com a sua nacionalização e democratizou o acesso à terra nas regiões do latifúndio, entregando a terra a quem a trabalhava (que não existiam).

Revolução que construiu o Poder Local Democrático – as Freguesias, os Municípios, as Regiões (que tardam e que não existiam).

Revolução que consagrou a igualdade entre homens e mulheres e abriu as portas à democracia participativa (que não existiam).

Revolução que pôs fim às guerras coloniais. Antes de Abril como nos cantavam Adriano Correia de Oliveira e José Afonso em *“Menina dos olhos tristes”*:

“Menina dos olhos tristes / o que tanto a faz chorar / o soldadinho não volta / do outro lado do mar;

O soldadinho já volta / está mesmo quase a chegar / Vem numa caixa de pinho / desta vez o soldadinho / nunca mais se faz ao mar”.

Revolução inacabada, sim, mas com conquistas que perduram e são ainda hoje, na sua maioria, comandos determinantes da nossa Constituição. Em 2 de Abril de 1976 a Constituição da República é aprovada pela larguíssima maioria dos Deputados Constituintes, apenas teve 15 votos contra do CDS.

É mais uma data e um momento histórico do Portugal de Abril, profundamente sentido e assumido, o Hino Nacional é entoado duas vezes e grita-se vivas à República e vivas a Portugal. Mas se o mo-

mento da aprovação é transcendente o da promulgação é sublime. A Constituição foi promulgada pelo Presidente da República, General Costa Gomes, não na Presidência da República, em Belém, como seria próprio e natural, mas antes no Palácio de S. Bento, nesse mesmo dia 2 de Abril, em acto contínuo à sua aprovação pela Assembleia.

Foi uma decisão de grande importância e um notável serviço ao Portugal de Abril, pois funcionou como medida preventiva a acções conspirativas de forças contra revolucionárias.

Atentem, senhoras e senhores, que a Constituição foi aprovada em 2 de Abril de 1976, pouco mais de 4 meses depois do 25 de Novembro de 1975, que determinou profundas alterações, uma drástica mudança na situação político-militar e na correlação de forças nos órgãos do poder e, mesmo assim foi possível aprovar uma Constituição tão avançada, em que se afirma, consolida e institui os valores de Abril e as grandes Conquistas da Revolução.

Como foi possível?!? É a prova provada do enorme apoio popular aos ideais e conquistas da Revolução de Abril, a que se juntou a acção, empenho, dedicação e luta das Forças Progressistas Militares e Cívicas.

Ainda no presente, actualmente, o apoio popular à Revolução de Abril e às suas Conquistas, passados que são 45 anos, é algo de extraordinário, único, transcendente.

Tenham presente, Senhoras e Senhores, o que aconteceu na passada Quinta-feira, dia 25 de Abril, em que mais uma vez as Praças e Avenidas de Portugal e as de Almada e Lisboa, acolheram grandiosas manifestações comemorativas dos 45 anos da Revolução de Abril e das suas Conquistas.

É fácil concluir da existência de uma fortíssima ligação do Povo Português à Revolução de Abril, nessa ligação há aspectos invulgares e particularmente significativos da profundidade das transformações por ela geradas.

Reparem, Senhoras e Senhores, que 45 anos estão decorridos e ano após ano as comemorações mantêm uma incontornável vitalidade, superiormente marcada pela dimensão e características da participação popular.

Atentem, quão difícil é encontrar-se nas sociedades contemporâneas paralelo para esta celebração colectiva de uma efeméride.

Considerem, por mero mas significativo exemplo, no que ocorreu por toda a Europa e em Portugal com as comemorações de um acontecimento com a superior importância do final da II Grande Guerra e atente-se como em 1990, decorridos idênticos 45 anos após a vitória aliada de 1945, a memória se esfumou, já que se acantonou em meras celebrações oficiais-institucionais com fraquíssima expressão pública e ainda menor popular.

Um traço muito relevante das manifestações do 25 de Abril em Portugal, caso único, é o facto de elas apresentarem sugestivamente ligadas, o memorial, o celebrativo, o futuroso, envolto em sincera ternura e afectividade, revelada nos mais variadíssimos aspectos e momentos, desde a profusão dos cravos vermelhos, às canções heroicas, de protesto ou populares, desde as palavras de ordem ao dar as mãos a gente que ali no momento se conhece, desde a presença das famílias, dos pais com os filhos-bebés ao colo ou às costas, ao velho que ainda luta pelo seu amanhã – e cada ano tem a sua constância e ao mesmo tempo diferenças, por renovada presença de todas as esperanças, de todas as lutas, de todos os sonhos nas vivências de Abril. Em cada Abril as manifestações populares são também o palco, o meio e o espaço acolhedor e afirmativo das batalhas colectivas e dos problemas de ano ou do momento que se vive, da grande reivindicação colectiva em uníssono e profundamente proclamado, mas também ao grito do indivíduo ou do pequeno cartaz do sentir pessoal.

Celebra-se o fim do fascismo e da ditadura de 24 de Abril. Celebra-se a conquista da liberdade num colectivo e individual mergulhar na democracia participativa.

Eis as reivindicações de ontem e de hoje, manifestações de Abril e de Maio, nas lutas contra as injustiças e exigindo uma vida melhor.

Ouve-se proclamar uma política patriótica, em unidade exige-se Pátria Soberana, reclamam-se as melhorias das condições de vida dos Trabalhadores e do Povo, o desenvolvimento justo, sustentável e solidário do País.

Eis a juventude na manifestação por todo o lado presente gritando generosamente por Abril, são muitos, muitos, milhares com a sua irreverência e criatividade – cantam e dançam, os bombos soam, é a alegria a descer a avenida. São os jovens de 2019. Proclamam as suas lutas, anseios e necessidades e os sonhos - Melhor escola pública; - Propinas zero; - Residên-

cias universitárias; - Salários justos; - Não à precarização do trabalho; - Estabilidade para construírem família; - Querem ser felizes em Portugal. Também compactos, descem a Avenida ostentando cartazes identificadores, os Militares.

Palavras de ordem: - Pela valorização da condição militar; - Desfilavam por Abril e com Abril e pelas suas lutas certamente: - Descongelamento das Progressões nas Carreiras; - Contagem de tempo em Funções; - Avaliação de Mérito criteriosa e justa; - Por umas Forças Armadas que privilegiem a missão constitucional de defesa da soberania e da independência nacionais.

Senhoras e Senhores, a frente da manifestação chega ao Rossio. Mas ainda há manifestação na Praça do Marquês de Pombal. Que grande e elevada Jornada Popular: Bandeiras desfraldadas, palavras muitas de ordem são proclamadas, a alegria irradia, grita-se a compasso. - Abril está na rua, a luta continua; - Libertação de Portugal da submissão do Euro; - Renegociação da Dívida, investimentos nos serviços públicos e nas funções Sociais do Estado; - Produção Nacional é necessária; - Controlo Público da Banca; - Tributação dos Rendimentos do Grande Capital; - Valorização do Trabalho e dos Trabalhadores; - Cumprir Abril nos direitos da mulheres – viver, trabalhar e participar em igualdade; - Valorização dos salários, reformas e pensões; - A saúde não é um negócio; - Abril de novo, pela força do povo.

Distintos Militares e Exmos. Familiares, Senhoras e Senhores, o 25 de Abril foi há 45 anos e a Constituição da República vigora há 43 anos. Tanto tempo já, mas ainda não o suficiente tempo histórico para que a volta que então se começou a dar esteja mais avançada. No entanto continua a ser em Abril e Maio que reside a esperança do Portugal desejado. É bom estarmos juntos por Abril e com Abril. Não só para lembrar ou para comemorar.

Aqui estamos, estou certo, para unir vontades, fortalecer a liberdade, despertar solidariedades, a passar a mensagem, apetrechar os mais novos, a nossa juventude, os nossos filhos e netos do que foi a ditadura e do que é a democracia e os valores de Abril, para construir futuro com futuro.

Glória aos Militares de Abril e às Forças Armadas do Portugal de Abril!

Que viva e fortifique o Movimento Associativo Militar!

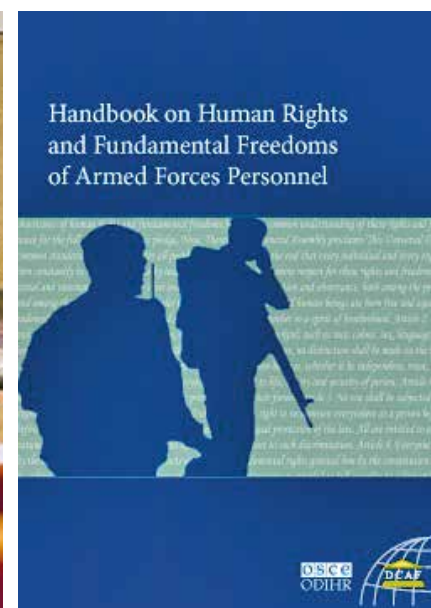
Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal independente e soberano.

José Manuel Maia ▲



OS MILITARES E OS DIREITOS SINDICAIS



A EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares vem trazer ao conhecimento público a mais recente decisão de um órgão de supervisão europeu, o Comité Europeu dos Direitos Sociais - ECSR (*European Committee of Social Rights*), ao reconhecer novamente os direitos sindicais para o pessoal militar, incluindo o direito de greve!

O ESCR, analisando uma queixa interposta pela Confederação Geral Italiana do Trabalho – CGIL (*Confederazione Generale Italiana del Lavoro*) contra o Estado Italiano sobre a violação dos direitos dos

membros da Guarda de Finanças (*Guardia di Finanza*), que em Itália têm estatuto militar, encontrou violações da Carta Social Europeia no que diz respeito ao Artigo 5º (*estabelecer e aderir a sindicatos*), 6§2 (*negociar acordos colectivos*) e 6§4 (*greve*). Esta mais recente decisão deste Comité foi tornada pública em 7 de Junho de 2019.

Recorda-se que a EUROMIL já havia dado conhecimento que este órgão de supervisão europeu reconheceu explicitamente os direitos sindicais para os militares, pela primeira vez em Fevereiro de 2018, quando tal decisão se tornou pública, no caso que opôs a EUROMIL à Repú-

blica da Irlanda, contestando o facto de as associações militares irlandesas não terem direitos sindicais, incluindo o direito de aderir a uma organização representativa de outras organizações como é o caso do Congresso Irlandês de Sindicatos - ICTU (*Irish Congress of Trade Unions*), organismo em que se podem filiar os diversos sindicatos irlandeses.

Esta recente decisão não é apenas um sucesso para o pessoal militar italiano, mas também para todos os membros das forças armadas na Europa. É um passo importante para o pleno reconhecimento do direito à liberdade de associação dos

membros das forças armadas. A Carta Social Europeia deve ser interpretada como reconhecendo o direito sindical também para os militares.

Isto apenas vem reforçar os argumentos usados pelas associações representativas de militares em toda a Europa, exigindo o reconhecimento a direitos sindicais efectivos, particularmente no respeitante às associações existentes em países onde apenas existem simulacros de representação ou onde os militares não usufruem plenamente dos direitos à liberdade de associação e aos direitos sindicais. ▲

Ainda a Directiva do Tempo de Trabalho!

A EUROMIL veio trazer a todos os seus membros uma interessante e importante informação emanada por um acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, publicado em 14 de Maio de 2019, sobre a aplicação da Directiva relativa ao tempo de trabalho (WTD – *Working Time Directive*).

O caso

No caso presente, a confederação sindical espanhola (CCOO – *Comisiones Obreras*) queixou-se da prática usada pela empresa alemã (*Deutsche Bank*) em relação aos empregados espanhóis, cujo tempo de trabalho não era registado diariamente. Na verdade, apenas foram registadas as horas extras trabalhadas. Os tribunais espanhóis tiveram dúvidas sobre a correcta implementação da WTD e remeteram o

caso para o Tribunal de Justiça da União Europeia.

O julgamento

O Tribunal de Justiça da União Europeia declarou que “(...) **para garantir a eficácia dos direitos previstos na Directiva do Tempo de Trabalho e na Carta (Carta Social Europeia), os Estados-Membros devem exigir aos empregadores que criem um sistema objectivo, fiável e acessível, permitindo que a duração do tempo trabalhado, por cada dia, por cada trabalhador, possa ser medido. Compete aos Estados-Membros definir as modalidades específicas de aplicação de tal sistema, designadamente a forma que deve assumir, tendo em conta, se necessário, as características específicas de cada sector de actividade em causa ou as características específicas de certas empresas, relativo, nomeadamente, à sua dimensão.**”

Concretamente, isto significa que os estados-membros precisam de assegurar que a legislação nacional que implementa a directiva europeia sobre o tempo de trabalho requeira que os empregadores registem o tempo de trabalho de cada trabalhador

individual, todos os dias, num sistema adequado (automatizado). Um tal sistema será benéfico para todos (os empregados, os empregadores, bem como as demais autoridades e tribunais nacionais), a fim de saber se o tempo máximo de trabalho semanal e os períodos mínimos de descanso diários e semanais previstos na WTD são devidamente respeitados.

A relevância para os membros da EUROMIL

Embora o acórdão diga respeito a trabalhadores espanhóis e a uma empresa alemã, vem acrescentar-se ao corpo de jurisprudência relativo à WTD, influenciando assim a implementação da directiva em toda a União Europeia. Caso situações semelhantes surjam noutros países, os tribunais nacionais e europeus terão de seguir a interpretação do acórdão em questão.

O acórdão é, assim, mais um passo positivo em direcção à interpretação da Directiva do Tempo de Trabalho e à sua implementação efectiva a nível nacional.

O julgamento deixa claro que cabe aos estados-membros definir as adaptações para a neces-



sária implementação de tal sistema, tendo em mente os requisitos específicos dos diferentes sectores. Assim, pode muito bem acontecer, sendo mesmo expectável, que os estados membros procurem usar o argumento da natureza específica da profissão militar para criar isenções baseadas em diferentes sistemas menos rígidos de registo do tempo de trabalho para os membros das forças armadas.

Consequentemente, aconselha-se a todos os membros da EUROMIL um acompanhamento próximo das suas situações nacionais e a estarem atentos a possíveis alterações a ser imple-

mentadas no futuro.

Esta situação demonstra com toda a clareza a importância de que as organizações representativas dos militares tenham a capacidade de negociação colectiva e a capacidade de representação jurídica dos seus associados, pilares fundamentais do exercício sindical representativo.

Mais Informações

Mais informações sobre este caso estão disponíveis em quase todas as línguas oficiais da União Europeia, na página do Tribunal de Justiça da União Europeia (cf. n.º 61/2019: 14 de Maio de 2019 Acórdão do Tribunal de Justiça no processo C-55/18 CCOO). ▲





CGIL E EUROMIL DEBATEM DIREITOS SINDICAIS PARA OS MILITARES

No passado dia 18 de Junho, em Roma, a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL) e a EUROMIL, numa iniciativa conjunta, promoveram um evento sobre o direito à liberdade de associação dos militares italianos. O evento reuniu representantes do mundo sindical, representantes de associações militares e sindicatos de vários países europeus (Gerard Guinan, PDFORRA, Irlanda; Samuel Bordage, GEND XXI, França; George Zgardanas, PFEARFU, Grécia), a EUROMIL (representada por Emmanuel Jacob, António Lima Coelho e Caroline Henrion), bem como membros do parlamento italiano. Enquanto a Itália está no processo de reformar o sistema de representação militar e finalmente conceder aos militares o direito à liberdade de associação e direitos sindicais, o evento teve como objectivo principal partilhar experiências e boas práticas em matéria de sindicalismo militar e diálogo social nas forças armadas, bem como discutir como a Itália pode e deve avançar na criação de condições para que os militares possam aproveitar plenamente o direito à liberdade de associação, tanto na legislação como na prática.



Maurizio Landini
Secretário-Geral da CGIL

O evento foi oportuno, face à recente decisão do Tribunal Constitucional de Itália (*ver outra notícia neste jornal*). Para além desta decisão do Tribunal, também o Ministro da Defesa italiano elaborou um projecto acerca do novo procedimento relativo ao estabelecimento de associações militares. No entanto, não foi ainda formalmente adoptada nenhuma legislação que conceda o direito à liberdade de associação aos militares. Vários projectos foram apresentados na Comissão de Defesa no Verão passado, mas,



Emmanuel Jacob,
presidente da EUROMIL

após longas discussões, a Câmara dos Deputados decidiu, em sessão plenária em Maio de 2019, adiar a aprovação do texto de compromisso e enviá-lo de novo à Comissão de Defesa para mais debates.

Embora o projecto de lei no Parlamento não tenha sido ainda considerado satisfatório, os responsáveis políticos deverão prosseguir o trabalho e ser apoiados no sentido de traduzirem as recentes decisões judiciais em legislação capaz e apropriada, criando finalmente condições para que os militares exerçam o seu direito de fundar e aderir a associações militares profissionais ou sindicatos, envolver-se num diálogo social bem regulado e garantir a salvaguarda e a promoção dos direitos e interesses dos seus representados.

Na sua intervenção, a EUROMIL, destacou a necessidade de estipular com clareza o que as associações e os sindicatos podem e devem fazer - quais as suas competências, estabelecimento de diálogo social e negociação coletiva - que devem resultar em acordos vinculativos entre dois parceiros iguais. Conforme mencionado pela Comissão Europeia dos Direitos Sociais, as associações ou sindicatos devem poder filiar-se noutros sindicatos e confederações nacionais como a CGIL. As chefias militares não devem temer a perda de controle sobre as forças armadas, pois as associações militares ou os sindicatos não pretendem (nem podem, nem devem) interferir nas matérias de cariz operacional.

Paralelamente à discussão sobre a concessão destes direitos aos militares, a EUROMIL referiu que deve também ser realizado um trabalho no sentido de ponderar instituir a figura do Provedor para os Militares, com competências



George Zgardanas
(PFEARFU) Grécia

sobre as forças armadas. As associações militares ou sindicatos devem trabalhar em conjunto com tal instituição com o objectivo de garantir o bom funcionamento das forças armadas. Em conclusão, Emmanuel Jacob acentuou que os militares são “*Cidadãos em Uniforme*” e “*Tra-*



Samuel Bordage
(GEND XXI) França



Gerard Guinan
(PDFORRA) Irlanda

balhadores em Uniforme” e, assim sendo, não há razão alguma para que o sindicalismo não seja devidamente implementado em Itália, como em outros países. Considerou ser, portanto, hora de agir e de apoiar as iniciativas a partir das bases, a partir dos quartéis.

Se o Parlamento não aprovar legislação adequada, a CGIL propõe-se apresentar um projecto legislativo de iniciativa popular acerca do tema. Maurizio Landini, Secretário-Geral da CGIL, concluiu enfatizando a necessidade de uma Europa social, construindo condições sociais e de trabalho comuns e, consequentemente, estabelecendo direitos comuns. Considerou que apelar para o direito de organização não significa apenas pedir o direito de lidar com as condições de trabalho, mas, num sentido mais geral, significa poder participar activamente na construção da sociedade, fortalecendo a democracia. ▲



Auditório na sede nacional da CGIL, em Roma



PRESIDIUM DA EUROMIL PELA PRIMEIRA VEZ NA ROMÊNIA



os militares são os bens mais preciosos das forças armadas modernas. O recrutamento e a retenção bem-sucedidos, assim como o treino e a formação continuados, são imperativos.

E. Jacob agradeceu ao MGen Incicas a sua presença e intervenção referindo a necessidade de maior cooperação. Referiu que o Ministro da Defesa romeno teve de cancelar a sua presença neste evento por motivos inesperados. De assinalar que, ao contrário do que sucede em muitos outros locais, houve uma cobertura televisiva da cerimónia de abertura do 119º Presidium, com entrevistas a E. Jacob e a A. Constantin.

O Presidente abriu o painel do debate que se seguiu, salientando que a EUROMIL convidou representantes dos cinco maiores grupos políticos representados no Parlamento Europeu (PPE, S & D, ALDE, Verdes, ECR) mas que recebeu poucas respostas. O painel



No passado dia 12 de Abril, cerca de 70 delegados de 21 associações membros e observadoras da EUROMIL reuniram-se em Bucareste, na Roménia, para o 119º Presidium. A EUROMIL reúne o Presidium duas vezes por ano (Primavera e Outono), ocasiões em que se aprova e se impulsiona o desenvolvimento da política a seguir, se decide sobre a adesão de novos membros e se aprova o orçamento.

A ANS esteve representada pelo Vice-presidente da Direcção, Rogério Graça, para além de Lima Coelho, membro da Direcção da EUROMIL. Na abertura dos trabalhos, o presidente Emmanuel Jacob sublinhou que, embora esta não seja a primeira visita oficial da EUROMIL à Roménia é, no entanto, a primeira vez que neste país se realiza um Presidium, coincidindo com vários aniversários que se celebram no momento, 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 70 anos da NATO e 20 anos da Política Comum de Segurança e Defesa, e realçou o contributo que a EUROMIL deu para tais eventos. Reforçou a importância da dimensão humana e social também inerente à Condição Militar, mas infelizmente ainda ausente na importante iniciativa europeia de segurança e defesa dos últimos anos, a CEP – Cooperação Estratégica Permanente (PESCO - *Permanent Structured Cooperation*).

Mas E. Jacob assegurou aos par-

ticipantes que “na EUROMIL, não desistimos facilmente” e, portanto, continuará a defender os direitos humanos, as liberdades fundamentais e os interesses profissionais dos militares. Terminou convidando os presentes a um minuto de silêncio em memória de todos aqueles, militares e civis, que perderam suas vidas no exercício das suas missões ou se tornaram vítimas de ataques terroristas em qualquer lugar do mundo.

Adrian Constantin, presidente da Ordem Militar da Roménia (MOR), deu as boas-vindas aos participantes. Enfatizou que a MOR é uma fundação e não uma associação e, por isso, pondera retirar-se da EUROMIL no final de 2019, especialmente agora que a associação romena LMP foi aceite na EUROMIL em Outubro de 2018, com o estatuto de observadora, mas fez questão de agradecer os últimos 11 anos em que a MOR teve o prazer de fazer parte da EUROMIL.

O vice-chefe do Estado-Maior da Defesa, MGen Teodor Incicas referiu que as questões que o Presidente da EUROMIL destacou lhe são muito caras e importantes para próprio Chefe do Estado Maior da Roménia.

Defendeu que, ao implementar novos projectos, como a CEP e o plano de acção europeu de defesa, a Europa não deve perder de vista um dos seus valores mais importantes, a coesão. Concluiu a sua intervenção referindo que



ficou assim reduzido aos representantes do EPP e do S & D, além de um membro da Direcção da EUROMIL, na circunstância, Lima Coelho. O moderador do debate, R. Magdin, vice-presidente da Strategikon, explicou que, especialmente porque as forças armadas são uma parte importante das identidades nacionais de todos, debates como este são de extrema importância. C. Preda, deputado do Parlamento Europeu (PPE, Roménia), afirmou que o PPE foi e continua a ser um importante motor da integração da defesa da UE. Na visão do ambiente de segurança em mudança de hoje, a resposta da UE deve ser coletiva, coordenada e coerente. Nesta visão, também é importante assegurar que o pessoal militar servindo sob a mesma bandeira esteja sujeito aos mesmos direitos e obrigações.

V. Negrescu, fundador do EM Roménia e candidato do S & D nas eleições europeias de 26 de Maio, reflectiu sobre um quadro mais

amplo e afirmou que as eleições europeias são realmente sobre o futuro da Europa. A UE necessita de políticas concretas que aproximem os cidadãos do projecto europeu, reconhecendo que a conquista europeia mais importante é a paz, que é sobretudo garantida por militares. Concluiu dizendo que muitas das posições defendidas pela EUROMIL lhe são sensíveis e que, se for eleito, fará o seu melhor para

respectivos países, algo acontece, pois, rapidamente se esquecem dos compromissos assumidos no exterior. No entanto, terminou a sua intervenção com uma chamada encorajadora para votar. Explicou as recomendações concretas que a EUROMIL preparou na perspectiva das eleições europeias, em que reconhece o importante papel que o pessoal militar desempenha em toda a Europa e em outras missões pelo mundo. Apelou a todos os delegados e convidados que se informassem sobre os partidos e candidatos e fizessem uma escolha informada, uma vez que “votar é essencial”.

Encerrando o debate, o moderador defendeu que as recomendações da EUROMIL merecem maior atenção e sugeriu um debate adequado, que poderia, por exemplo, ser criado através de uma campanha que envolva simultaneamente os cidadãos e deputados ao Parlamento Europeu, criando um sentimento de urgência e que inclui já uma narrativa.

D. Eugen, representante do Provedor de Justiça, usou da palavra e explicou que na Roménia, devido à lei da condição militar, os militares não podem aderir a partidos políticos. O Provedor pode apoiar e, se necessário, defender os direitos humanos dos militares e seus familiares. Também informa sobre as suas investigações e o último relatório especial foi apresentado ao parlamento romeno em Dezembro de 2018.

No outro período do Presidium, entre outras matérias, foram discutidos os relatórios nacionais entregues pelos membros e observadores, cujos temas mais recorrentes são os salários e os problemas de recrutamento e retenção. O Presidium aprovou o documento de posição sobre recrutamento e retenção.

O 120º Presidium será realizado em Outubro de 2019, em Bruxelas, na Bélgica. ▲





ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Na sequência da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da ANS para o biênio 2019/2020 e das decisões tomadas na primeira reunião destes novos órgãos, foram solicitadas audiências ao PR, MDN, Chefes militares, Partidos Políticos representados na Assembleia da República e aos respectivos grupos parlamentares. Destes e de muitos outros aspectos ligados à intensa actividade e luta associativa, a nível nacional e a nível internacional, apresentamos um resumo:

18 e 19MAR – Reunião da Direcção da EUROMIL e Conferência/Debate conjunta com o EPC – European Policy Center. ANS representada por L.Coelho;

20MAR – Audição com a Secretária de Estado da Defesa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e R.Graça;

21MAR – Seminário na ETNA-Alfeite sobre “Março – Mês da Mulher na Marinha”. ANS representada por R.Graça e A.Almeida;

21MAR – Reunião das Direcções das APM, na sede da AP, na Ameixoeira, Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

22MAR – Reunião com o Presidente do Conselho Directivo do IASFA. ANS representada por L.Coelho, C.Colaço e R.Graça;

25MAR – Reunião na sede do CSA em Lisboa, preparatória do almoço do 25 de Abril. ANS representada por L.Coelho;

26MAR – Documentação entregue no gabinete do MDN por L.Coelho;

26MAR – Reunião na sede da AFAP, em Lisboa, com os representantes do MAC – Movimento Cívico de Antigos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

27MAR – Almoço com Sargentos nas instalações da NATO, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

28MAR – Documentação entregue no gabinete do MDN por L.Coelho;

28MAR – Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República. ANS representada por L.Coelho e N.Mateus;

28MAR – Assembleia-Geral de apresentação de Contas e Plano, na sede social da ANS, em Lisboa;

29MAR – Reunião na sede da APG/GNR, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

01ABR – Audiência com a Direcção do PSD, na sua sede nacional, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho e N.Mateus;

02ABR – Reunião na Câmara Municipal de Almada. ANS representada por R.Graça;

03ABR – Audiência com a Direcção do PEV, na sua sede, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, F.Marques e M.Pereira;

03ABR – Audiência com o Grupo parlamentar do BE, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por L.Coelho, F.Marques e M.Pereira;

03ABR – Audiência com a Direcção e com o Grupo Parlamentar do CDS, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por L.Coelho, F.Marques e M.Pereira;

03ABR – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

04ABR – Audiência com o Grupo Parla-

mentar do PSD, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por L.Coelho, F.Marques e V.Geitoeira;

04ABR – Cerimónia Militar junto ao Pavilhão dos Descobrimentos, em Belém, alusiva aos 70 anos da NATO. ANS representada por L.Coelho;

05ABR – Audiência com o Ministro da Defesa Nacional. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, N.Mateus e A.Almeida;

05ABR – Reunião na Voz do Operário, em Lisboa, do Secretariado da Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril na Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;

08ABR – Audiência com o Chefe da Casa Militar da Presidência da República. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e R.Graça;

09ABR – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

10ABR – Avaliação da Petição sobre o RAMMFA, na Assembleia da República. Delegação de dirigentes da ANS presentes nas galerias;

11 e 12ABR – Reunião da Direcção e 119º Presidium da EUROMIL, em Bucareste, Roménia. ANS representada por L.Coelho e R.Graça;

13ABR – ARPI-Olivais realiza almoço comemorativo dos 45 anos do 25 de Abril. ANS representada por N.Mateus;

15ABR – Plenário na Casa do Alentejo, em Lisboa, promovido por estruturas representativas de Militares, GNR e Polícia Marítima;

16ABR – Audiência com o Almirante CEMA, no Terreiro do Paço, Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, R.Graça, R.Ferreira e F.Silva;

18ABR – Cerimónia no Museu da República e Resistência, em Lisboa, alusiva ao 25º aniversário da APOIAR. ANS representada por L.Coelho;



23ABR – Conferência subordinada ao tema “Estado de Direito e Segurança” no auditório da Assembleia da República. ANS representada por L.Coelho e M.Pereira;

23ABR – Audiência com a Direcção do PCP, na sua sede, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, R.Graça e M.Pereira;

24ABR – Cerimónia/Debate promovidos pela ASPP/PSP, na Voz do Operário, em Lisboa, alusivos ao 30º aniversário dos “Secos & Molhados”. ANS representada por L.Coelho;

25ABR – Desfile/manifestação na Avenida da Liberdade, em Lisboa, comemorativos do 45º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974;

28ABR – Almoço promovido pelas APM e

Clubes Militares, no INATEL da Costa da Caparica, alusivo aos 45 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974;

29ABR – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA no CAS-Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

30ABR – Cerimónia promovida pela ADFA, na sua sede nacional, alusiva aos 45 anos do 25 de Abril. ANS representada por L.Coelho;



30ABR – Jantar na Voz do Operário, em Lisboa, promovido pela Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão e F.Saraiva;

02MAI – Audiência com o General CEME, em Santa Apolónia, Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, F.Saraiva e V.Geitoeira;

02MAI – Audiência com o General CEMFA, em Alfragide. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, e F.Saraiva;

04MAI – Almoço em Santo António, Barreiro, promovido pela Comissão de Militares do Barreiro, alusivo aos 45 anos do 25 de Abril e à Homenagem ao José Saraiva. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

05MAI – Cerimónia promovida pelo CSA alusiva ao 35º aniversário da Delegação nº 1, no Feijó. ANS representada por M.Custódio;

06MAI – Audiência com o Almirante CEMGFA, no Restelo, Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e R.Ferreira;

06MAI – Debate na Faculdade de Direito, promovido pela APJD, em solidariedade com Cristina Tavares (operária corticeira). ANS representada por L.Coelho;

08MAI – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

10MAI – Manifestação promovida pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

15MAI – Cerimónia promovida pela ADFA na sua sede nacional, alusiva ao 45º aniversário de fundação da ADFA. ANS representada por L.Coelho;

16 e 17MAI – Velório e Cremação do Armando Parreira. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira, A.Martins e J.Gonçalves;

19MAI – Cerimónias alusivas ao Dia da Marinha, em Coimbra. ANS representada por L.Coelho;

24MAI – Seminário/Debate promovido pela APG/GNR em Penafiel sobre “O Suicídio nos Militares e Forças e Segurança”. ANS representada por L.Coelho, F.Silva e R.Santos;

27MAI – Reunião na Universidade em Évora, preparatória de uma Conferência sobre direitos dos militares, a promover em Julho por esta universidade. ANS representada por L.Coelho;

28MAI – Reunião de trabalho na sede da ANS com empresa de cartões. ANS representada por L.Coelho, N.Mateus, R.Graça e J.Gonçalves;

29MAI – Cerimónia Militar junto ao Forte do Bom Sucesso, em Belém, alusiva ao Dia dos Capacetes Azuis. ANS representada por L.Coelho;

29MAI – Visita/Palestra com Sargentos da ETNA-Alfeite. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e R.Graça;

03JUN – Cerimónia no polo do Porto, alusiva ao 5º aniversário do HFAR. ANS representada por R.Santos;

03JUN – Visita/Palestra com Sargentos da Escola das Armas - Mafra. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e V.Geitoeira;

04JUN – Visita/Palestra com Sargentos do Corpo de Fuzileiros-Alfeite. Delegação da ANS composta por L.Coelho, R.Graça e F.Saraiva;

05JUN – L.Coelho presente em reunião com Sargentos do Comando Aéreo, em Monsanto, a convite do SMOR M.Calçada;

05JUN – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

07JUN – Conferência em Vila Nova de Gaia, promovida pelo SNPM. ANS representada por R.Santos;

07JUN – Visita/Palestra com Sargentos do CFMTFA - Ota. Delegação da ANS composta por L.Coelho e V.Geitoeira;

10JUN – Cerimónias do 26º Encontro Nacional de Combatentes, em Belém. ANS representada por R.Graça;

12JUN – Audiência com o Grupo Parlamentar do PEV, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por L.Coelho e G.Sá;

14JUN – Audiência com a Direcção e com o Grupo Parlamentar do PS, na sua Sede Nacional, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho e V.Jorge;

15JUN – Exéquias Fúnebres de Rúben de Carvalho, nos Paços do Conselho, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

17 e 18JUN – Reunião da EUROMIL e Debate na sede do CGIL, em Roma, acerca dos direitos sindicais dos militares. ANS representada por L.Coelho;

19JUN – Reunião do Secretariado da ANS na sede social, em Lisboa;

21JUN – Revista à Portuguesa, promovida pela AP na A.S.A. em Alcântara, Lisboa. ANS representada por L.Coelho, A.Taveira, A.Martins e J.Gonçalves;

À hora do fecho desta edição do jornal, estão em preparação novas visitas/palestras a diversas unidades dos três ramos das Forças Armadas, assim como estão em preparação iniciativas comemorativas dos 30 anos de existência da ANS. A par destas importantes iniciativas, prosseguem trabalhos ligados às necessárias alterações ao RAMMFA, à necessidade de que a contagem do tempo de serviço venha trazer algum sentido de justiça entre os militares, a necessidade do reconhecimento académico para os militares, à necessidade de consagração de direitos que permitam a representação jurídica, o diálogo social, a negociação colectiva mas, com muito grande empenho, prosseguem os importantes e urgentes trabalhos de reforço da ANS, só possível com a entrega, determinação e unidade demonstrada pelos Sargentos de Portugal. De todas estas diferentes audiências, iniciativas e trabalhos daremos conhecimento na próxima edição do jornal “O Sargento”! ▲



ANS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

30º ANIVERSÁRIO «» 1989 - 2019



ANS – Associação Nacional de Sargentos

30º Aniversário «» 1989 - 2019

Almoço Comemorativo – Casa do Alentejo

12H00 - 06Julho2019

Junta-te a nós e vem comemorar!

"30 Anos ao Serviço dos Sargentos e das Forças Armadas!"

10 Divisas/Participante – Inscrições em: www.ans.pt ou através dos contactos: Taveira - 966 208 876 e Graça – 968 612 262

Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL

FITOCLINIC

FITNESS HUT

ZONA NORTE:

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES

- ÓPTICA DA MALVEIRA

- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

ZONA SUL:

- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS

- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE

- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO

- CLÍNICA VIDAMED

- FARMÁCIA EUSIL

- ÓPTICA BERNA

- CLÍNICA O MEU MÉDICO

- CLÍNICA PELVICLINIC

- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE

- MÉDICO SOBRE RODAS

- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA

- MONTICORPO

- DRAGONFLY

- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos

- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT ▲